

# O endurecimento dos credores estrangeiros

Os argumentos políticos não têm peso para os credores estrangeiros do Brasil. O ministro da Fazenda, sr. Mailson da Nóbrega, depois de receber uma cortês negativa dos bancos, em Nova York, terá provavelmente de digerir um *não* vindo do diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional. O Brasil, como se sabe, pleiteia um stand by credit que poderia liberar mais de três bilhões de dólares. Com esses dois *nãos*, o Brasil entrará na reunião anual do FMI e do Banco Mundial numa posição muito enfraquecida.

Os bancos credores nutriam a esperança de que o FMI iria permitir a liberação dos recursos em favor do Brasil para, apoiados nessa decisão, justificar uma posição mais favorável a nossos problemas. Eles sabem perfeitamente que se permitirem que se acumulem pagamentos atrasados enfrentarão uma situação muito difícil para negociar com o futuro governo. Por isso, procuraram encontrar uma solução de compromisso com as autoridades brasileiras: o Brasil pagaria pelo menos uma parcela dos juros a fim de mostrar boa vontade, até que se encontrasse uma solução com o FMI. O ministro da Fazenda não

aceitou qualquer compromisso enquanto não recebesse a totalidade da ajuda prevista. Os banqueiros, que certamente foram informados de que um acordo com o FMI era inviável até a posse do novo governo brasileiro, decidiram endurecer sua posição. Com isso, o Brasil está seriamente ameaçado de não ter mais o direito de receber uma parcela de 600 milhões de dólares, cujo prazo de liberação expira em 30 de setembro, se não conseguir até lá o aval do FMI.

Para deixar clara sua atitude, os bancos norte-americanos estão aumentando suas provisões. Com isso querem mostrar que enfrentarão com tranqüilidade a moratória de facto imposta pelo governo brasileiro. Aceitam correr riscos — menores —, lembrando que no caso da Argentina tiveram razão de assumir tal posição. O problema é saber se os bancos irão até o fim e cortarão as linhas de crédito de curto prazo, o que colocaria o Brasil em situação muito desconfortável, com possíveis repercussões suscetíveis de apressar o processo de hiperinflação. É o caso de perguntar se os banqueiros estrangeiros, inspirados pelo exemplo da Argentina,

querem adiantar a posse do futuro presidente do Brasil?

Algumas semanas atrás, o diretor-gerente do FMI, sr. Michel Camdessus, parecia disposto, diante do panorama político brasileiro, a enfrentar alguns membros da direção do Fundo e propor a concessão de um stand by de curto prazo. Mudou de repente sua posição, e nos seus últimos contatos com a imprensa deixou claro que só se houver, da parte do Brasil, a apresentação de um programa de grande austeridade o FMI poderia pensar em ajudar Brasília. É oportuno, a esse propósito, citar a frase de mestre Octávio Gouveia de Bulhões ao embarcar para mais uma reunião anual do FMI: "Às vezes, o FMI insiste muito em medidas que sabe inexecutáveis"...

Não há dúvida de que, nas últimas semanas, o governo do Brasil não facilitou a tarefa do diretor-gerente do FMI. Todas as informações recebidas por ele — e trata-se de um homem bem-informado — levaram-no a concluir que o governo brasileiro não estava tomando nenhuma medida que pudesse indicar maior austeridade. O presidente José Sarney não levou em conta os conselhos da sua equi-

pe econômica: deu seu aval ao projeto do ministro da Justiça para aumentar os salários da PF, o que pôde desencadear movimento reivindicatório que aumentará dramaticamente os gastos em 1990. Afora isso, o Executivo retirou seu apoio para uma redução maior dos incentivos e das isenções, notadamente no caso das microempresas. Por seu lado, o Tribunal Superior do Trabalho concedeu um reajuste aos empregados do Banco do Brasil, o qual vai desencadear uma série de novos aumentos em todas as categorias do funcionalismo público — e dos trabalhadores em geral. A política salarial, na sua aplicação concreta, só está alimentando maior pressão inflacionista.

O FMI não é certamente um organismo que se mostre muito sensível aos aspectos políticos dos problemas econômicos. Temos de lamentar tal insensibilidade, pois acreditamos que uma ajuda, ainda que simbólica, poderia ter contribuído em muito para dar continuidade a um processo de reordenação da economia brasileira. É preciso, pelo menos, esperar que a atitude dos credores não frustre o processo de democratização...